

# Capitalismo e democracia

---

CICERO ARAUJO

A democracia como um determinado conjunto de instituições políticas pode ser objeto de reflexão sob dois ângulos teóricos. Primeiro, é possível investigar os valores morais e ideais coletivos que tais instituições cultivam, através da tradição de suas práticas, suas regras escritas e não-escritas, e os discursos de seus protagonistas. Investigam-se, sob esse ângulo, os argumentos que procuram dar sentido moral-normativo e justificar o valor da igualdade política, tanto quanto as críticas a esses argumentos; como esse valor se relaciona com outros, tais como as liberdades individuais ou o império da lei, se eles constituem um conjunto inseparável ou se são conflitantes entre si, e assim por diante. É um estudo de natureza eminentemente filosófica.

Um segundo ângulo é o estudo das condições gerais de operação das instituições democráticas, cujo conjunto conforma um tipo de regime político (a democracia), suas propriedades e seus efeitos. Quanto à análise dessas condições gerais, ela pode envolver hipóteses – simplesmente intuitivas, ou baseadas em estudos empíricos e/ou históricos de regimes democráticos

específicos – quanto aos vínculos necessários ou contingentes entre a democracia, um fenômeno político, e outros fenômenos sociais paralelos ou antecedentes. Essa análise envolve, certamente, construção conceitual e generalização: trata-se de teoria, mas de teoria explicativa e causal. Teorias como essas podem estender-se às propriedades e efeitos das instituições democráticas: por exemplo, se quisermos especular se a democracia, dadas as condições gerais de sua operação, tende a gerar ou reproduzir os valores e ideais que a justificam filosoficamente; ou então a produzir desvios ou até efeitos contrários aos esperados por essa justificação. Teoria filosófica e teoria causal não são reflexões fadadas a não dialogarem entre si. Pelo contrário, elas podem interagir num exercício de mútuo esclarecimento. Contudo, são modos distintos de pensar a teoria política.

Nesta modesta homenagem ao prof. Bresser-Pereira, vamos ater a uma de suas incursões à teoria política. Nossos comentários referem-se especificamente a um artigo ainda não publicado, “*Why did democracy become the preferred form of government only in the twentieth century?*”<sup>1</sup> No próprio artigo, Bresser-Pereira diz que o assunto é uma antiga obsessão, que remonta aos tempos em que se vivia e se discutia a transição brasileira para a democracia, as razões de sua emergência e possíveis desdobramentos. Ele transpira em conferências, trechos ou capítulos de livros e outros artigos. Infelizmente, não poderemos aqui fazer justiça a todo esse esforço. De qualquer modo, o artigo referido é uma tentativa de síntese, no qual são discutidas assunções não analisadas previamente. A discussão está centrada em questões típicas da teoria política em sentido causal-explicativo.

Como um intelectual engajado na ação política, Bresser-Pereira se preocupa, é claro, com as maneiras pelas quais os valores da democracia podem ser defendidos, e como suas instituições poderiam aprofundá-los, para o bem delas mesmas e pelas conseqüências positivas que trariam para outros aspectos da vida social, especialmente a economia e a administração pública. Essas idéias são apresentadas no quadro de uma visão progressiva da

---

<sup>1</sup> Bresser-Pereira, 2002.

democracia, que partiria de um estágio inferior, chamada de “democracia de elites”, passando por um intermediário (“democracia de sociedade civil”), até uma etapa superior, idealizada (“democracia de povo”). À aposta no progresso da democracia corresponde uma aposta na expansão de diferentes tipos de direitos: civis, políticos, sociais, até emergentes “direitos republicanos”, pautados pela defesa dos bens públicos.<sup>2</sup> Mas essas idéias são elaboradas de modo bastante solto e despretensioso, sem penetrar sistematicamente nos meandros da argumentação filosófica. Já a incursão pela teoria política causal apresenta-se com uma argumentação mais cerrada, visando à literatura acadêmica. Vejamos o que tem a dizer.

Há um velho debate na literatura acerca dos nexos entre o capitalismo e os modernos regimes democráticos. As informações empíricas apontam para uma correlação. Robert Dahl, um dos grandes estudiosos das democracias contemporâneas, constata que “*democracy has endured only in countries with a predominantly market-capitalist economy*”.<sup>3</sup> Mas por quê? A pergunta persegue os estudiosos, e essa é uma das questões que Bresser-Pereira procura responder em seu artigo.

Antes, uma nota sobre “modernos regimes democráticos”. Quando falamos da democracia como um determinado conjunto de instituições, podemos referir-nos a diferentes experiências históricas. Houve experiências ditas “democráticas” na Antiguidade clássica, na Grécia e na península italiana. Atenas é o caso mais emblemático. Também se fala em “democracia” no caso de certas comunas do Norte da Itália, no fim do período medieval – Florença, por exemplo. E, claro, as democracias contemporâneas. Cada uma envolve instituições diferentes, especialmente no que diz respeito aos seus processos decisórios: as democracias antigas, entre outras coisas, não conheceram a representação, enquanto as contemporâneas estão umbilical-

---

<sup>2</sup> Bresser-Pereira 1997 e 2000.

<sup>3</sup> Dahl, 1998:166.

mente atreladas a esse instituto. Isso sem falar da diferença em termos de instituições sociais como a escravidão, presença garantida na Antiguidade, mas não em nossos dias, nem nas comunas medievais. Para simplificar, e enfatizar um aspecto das diferenças, Dahl aponta dois tipos de experiências: as de “pequena escala”, ligadas à história das cidades-Estado (antigas e medieval-renascentistas), e as de “grande escala”, próprias dos Estados nacionais modernos. Para tratar das últimas, Dahl usa o termo “poliarquia”, cujas instituições obedecem aos seguintes critérios: os governantes são eleitos; as eleições são livres, competitivas e freqüentes; liberdade de expressão; fontes alternativas de informação; autonomia associativa; cidadania inclusiva.<sup>4</sup>

Ocorre que, a rigor, nenhum Estado nacional moderno atendeu razoavelmente a todos esses critérios senão ao longo do século XX. A cidadania inclusiva, para ficar num critério de demarcação, concerne à extensão de iguais direitos civis e políticos ao conjunto da população adulta sob a jurisdição do Estado, entre os quais o direito de voto (sufrágio universal, masculino e feminino). Isso só foi alcançado, na esmagadora maioria dos países, inclusive nos casos mais clássicos e duradouros da Europa e América do Norte, após a I Guerra Mundial. Ainda assim, há muitos casos de idas e vindas, avanços e retrocessos, tanto no critério da inclusão quanto nos outros. Por isso se fala em “ondas” de democratização.<sup>5</sup> Como, a cada nova onda, verifica-se um arrasto crescente de países para o campo da poliarquia, especialmente nos últimos 20 ou 25 anos, é razoável afirmar que a democracia assim entendida é um fenômeno do século XX. Daí a qualificação temporal da pergunta: por que apenas nesse século?

A questão de Bresser-Pereira, no entanto, apresenta aqui uma ambigüidade: “por que a democracia se tornou o regime preferido...”. Quem preferiu? Se falamos da preferência como uma forte inclinação de agências coletivas, o consenso de uma nação, ou a esmagadora maioria da população ou

---

<sup>4</sup> Dahl, 1998:85.

<sup>5</sup> Huntington, 1991.

dos diferentes grupos que a compõem, isso tem uma consequência prática imediata. Pois essa preferência significa uma força social avassaladora, capaz de definir acontecimentos. Se a nação “prefere” a democracia, então esse é o regime político que acaba ali predominando. Perguntar “por que a democracia se tornou o regime preferido no século XX” é apenas outro modo de perguntar “por que a democracia se tornou o regime predominante no século XX”. A questão é basicamente a mesma do final do parágrafo anterior. Poderíamos, no entanto, ser um pouco mais sutis e pensar no seguinte: o fato de que as coletividades “preferem” significa que elas “querem” num sentido diferente de que “fazem”, pois nem tudo que se quer se consegue fazer. Há uma distância entre querer e acontecer efetivamente. Por exemplo, a nação pode “querer” a democracia, mas uma pequena minoria, eventualmente entrincheirada no aparato estatal e fazendo uso da violência, quer outra coisa e predomina durante um certo tempo. Explicar a preferência, nesse sentido, é explicar o querer, e não o que acontece efetivamente.

Ainda assim, tal interpretação da pergunta tem uma consequência prática fundamental, pois o “querer” coletivo é de qualquer forma uma força social muito relevante, remetendo ao problema da legitimidade de um regime político. Se a nação “quer” um tipo de regime e o que predomina é outro tipo, este último tem de apelar sistematicamente para a coerção, e não para o consenso, a fim de se manter. Para uma certa sociologia da autoridade política, como a de inspiração weberiana, a falta de legitimidade, ao marcar um desequilíbrio entre coerção e consenso, gera um problema de estabilidade. E a estabilidade só pode vingar se o “querer” e o “acontecer” se aproximarem. Para usar uma terminologia mecânica: se a nação “quer” a democracia, é para esse ponto “ótimo” de equilíbrio que os Estados acabam se orientando. Se já estão ali, uma força social difusa ali os prende, mesmo que eventualmente outras forças procurem arrancá-los daquele ponto; se não estão naquele ponto, essa mesma força os pressiona para lá, causando-lhes perturbações frequentes, como se qualquer regime, exceto o democrático, estivesse assentado sobre uma falha estrutural.

Esse, parece-nos, é um dos sentidos da pergunta colocada por Bresser-Pereira. (O texto sugere um segundo sentido, mas vamos deixá-lo para o

final.) Explicar a preferência pela democracia, portanto, é explicar por que esse tipo de regime é o mais estável entre as alternativas imagináveis: “a democracia tornou-se, gradualmente, idêntica ao bom Estado, na medida em que provou ser o mais estável regime, o sistema que de modo mais firme assegura a estabilidade política ou a ordem social”.<sup>6</sup> Contudo, quem prefere ou quer algo, o quer por um motivo racional. Deixando de lado a hipótese de um desejo inconsciente, explicar uma preferência é identificar aquele motivo racional, o qual daria a razão de um querer consciente. Mas ninguém pode querer algo racionalmente que atente contra os próprios interesses, sejam quais forem. Identificar um motivo racional é identificar a razão para uma determinada escolha que, se não promove positivamente tais interesses, pelo menos não os fere. Aqui, porém, não se trata de um querer individual, mas coletivo. Qual? Uma alternativa seria tomar o querer de uma coletividade inteira, como se fosse um monobloco sem fissuras. Outra, mais realista, seria diferenciar essa coletividade em camadas ou classes fundamentais, cada qual com interesses próprios e potencialmente conflitantes entre si, porém não irreconciliáveis.<sup>7</sup> Essa é a opção de Bresser-Pereira.

Diga-se de passagem, não é por acaso que o artigo dialoga tão estreitamente com um estudo bastante conhecido de Adam Przeworski.<sup>8</sup> Este autor providenciou uma explicação para a convergência entre o capitalismo e a democracia na Europa ocidental, no século XX, pressupondo a noção de escolha racional dos principais agentes coletivos (trabalhadores e capitalistas). Bresser-Pereira insiste, contudo, que essa hipótese só pode ser tomada

---

<sup>6</sup> Bresser-Pereira, 2002:7.

<sup>7</sup> Se fossem irreconciliáveis, a própria democracia seria objeto de disputa, e não de consenso, pois necessariamente promoveria o interesse de alguns *em detrimento* de outros. Se todos tivessem consciência disso (excluídas as hipóteses de engodo e lavagem cerebral dos governados), o problema da estabilidade do regime reapareceria. Nesse caso, a pergunta que é o ponto de partida da análise – por que todos passaram a preferir a democracia, por que se tornou um consenso? – não teria sentido. Só o tem porque o conflito de interesses não é intrinsecamente um jogo de soma zero.

<sup>8</sup> Przeworski, 1985.

em retrospecto, uma vez que se entenda claramente qual o processo histórico mais profundo em curso, que teria estabelecido as condições e o quadro amplo dos interesses em jogo. Ocorre que a própria democracia não é, evidentemente, um “querer” fixo das classes em conflito. Desde um passado longínquo, e até não muito tempo atrás, havia pouquíssimo consenso a respeito da desejabilidade desse tipo de regime. Nesse ínterim, deve ter ocorrido uma mudança histórica fundamental que veio a alterar a percepção dos agentes coletivos quanto a seus próprios interesses.

A polarização entre ricos e pobres sempre existiu, é verdade, mas ricos e pobres não são invariavelmente da mesma espécie, seus interesses respectivos mudam, assim como o modo de promovê-los. Daí que a questão seja “por que a democracia *se tornou* o regime preferido...”. No fundo, ela pede explicação para uma mudança de preferência:

Embora interesses racionais sejam essenciais para o argumento, eu não uso um método de escolha racional puro porque é impossível deduzir logicamente o recente predomínio da democracia. Isso é um fato histórico que requer um método histórico. Essencialmente, exige considerar, além dos interesses, os novos fatos históricos que os modificaram, tornando a democracia possível.<sup>9</sup>

Esses novos fatos estão condensados no termo “revolução capitalista”. O termo indica um ciclo econômico-social que culmina numa economia de mercado razoavelmente bem estabelecida. Mas que diferença isso faz, no âmbito político? A diferença está no papel do Estado na apropriação do excedente econômico. Em “tempos pré-capitalistas, a apropriação do excedente dependia diretamente do poder político, porque tal apropriação era em alto grau o resultado da ameaça e do uso da violência”.<sup>10</sup> Riqueza e prestígio eram função de uma imediata utilização do aparato coercitivo do Estado. Quem detinha o último, detinha os primeiros. Para obter tais recursos, as classes dirigentes poderiam empregar o aparato para fazer a guerra contra outras comunidades

---

<sup>9</sup> Bresser-Pereira, 2002:2.

<sup>10</sup> Ibid., p. 11.

políticas, garantindo o espólio – terras, escravos etc. – em caso de vitória; ou, internamente, para coagir camadas subalternas, produtoras de excedente. Democracias seriam, assim, regimes pouco consistentes com essa dinâmica de reprodução das classes dirigentes. Por ser o controle estrito do poder político tão essencial para tal reprodução, os regimes mais adequados aos seus interesses só podiam ser os de tipo fechado, autoritário.

As camadas espoliadas poderiam conseguir, e eventualmente conseguiam, reverter o jogo e impor um tipo de regime no qual sua participação nas decisões fosse significativa, ou até bem elevada. Embora essas experiências mantivessem o instituto da escravidão e não permitissem nenhuma participação de mulheres, e embora não tivessem criado as mesmas instituições que a poliarquia definida por Dahl, eram de qualquer modo regimes de intervenção de pequenos proprietários, artesãos e pobres na arena política. Por isso chamavam-se “democracias”. Mas eram democracias assembleístas, o que talvez provocasse um acirramento ainda maior dos conflitos. O conflito intensificado levava a uma fatal instabilidade: “o novo regime era logo eliminado, dados os enormes interesses envolvidos no poder político”.<sup>11</sup>

Essa situação deve mudar “dramaticamente”, supõe o autor, quando uma sociedade realiza sua revolução capitalista e completa a transição para a economia de mercado. Com isso, a dinâmica de apropriação do excedente sofre uma profunda alteração. O mercado torna-se um distribuidor anônimo da riqueza, na forma de lucros e salários. Paralelamente, “o Estado deixa de ser crucial para a aquisição de riqueza. Ele continua relevante, mas não mais uma condição para a existência da elite econômica”.<sup>12</sup> Com isso,

---

<sup>11</sup> Um leitor mais atento poderia objetar que a experiência democrática exemplar da Antiguidade, Atenas, não foi assim tão instável. Da reforma de Clístenes à conquista de Filipe, da Macedônia, transcorreram mais de 150 anos, o que é uma incrível realização, dado o contexto. Mas esse fato não precisa escapar das suposições de Bresser-Pereira, se pensarmos que Atenas compensou sua generosidade política para com os grupos subalternos com um empreendimento bem-sucedido de expansão imperial, drenando recursos de cidades gregas satélites. A política externa garantiu uma aliança, internamente, entre ricos e pobres, o que trouxe relativa estabilidade, pelo menos enquanto o domínio imperial pôde ser mantido.

<sup>12</sup> Alguns parágrafos depois, o autor parece corrigir esse exagero, afirmando: “O controle do Estado naturalmente permaneceu um objetivo político central para os grupos dominantes por duas razões: porque continuou a ter um papel importante na distribuição da renda; e por causa de seu papel central de assegurar a ordem pública” (Bresser-Pereira, 2002:12). Adiante, mais comentários sobre esse ponto.

“a nova classe capitalista pode fazer o que as classes dominantes prévias não podiam: ser indulgentes com a democracia”, ou, melhor ainda, não fazer mais tanta questão de “conservar regimes autoritários”.<sup>13</sup> Dessa configuração até o estabelecimento das poliarquias, porém, um caminho sinuoso ainda teria de ser percorrido: de regimes “autoritários” para “liberais”, e desses para “democráticos”. E esse caminho “não pode ser explicado apenas pela mudança econômica”, alerta-nos o autor. Mas o que faltava?

Faltava a confiança, por parte dos capitalistas, de que as camadas trabalhadoras e pobres não almejavam o coração do sistema econômico, ao participar das decisões políticas. Enquanto a democracia fosse percebida como a ante-sala do socialismo, isto é, uma alternativa anticapitalista, como pensavam muitos liberais, conservadores, socialistas e boa parte da opinião pública do século XIX, o caminho para a primeira permaneceria obstruído. Daí a resistência inicial à extensão do sufrágio. Tão logo, porém, se percebeu que não havia uma relação de causa-efeito entre a democracia e a destruição do capitalismo, o que “por longo tempo não era auto-evidente”, os obstáculos à abertura da arena política para o conjunto dos governados passaram a ser erguidos. Isso significa que uma dupla mudança de expectativas deve ter ocorrido entre os protagonistas do sistema econômico: por parte dos capitalistas, de que a democracia poderia, ainda que com custos, ser uma boa opção para a satisfação de seus próprios interesses; por parte dos trabalhadores, de que o capitalismo, mergulhado em ambiente democrático, poderia ser uma boa opção, pelo menos melhor que a penosa tentativa de construção de uma alternativa anticapitalista, para o progresso de suas condições de vida. Uma vez que a democracia se torna a escolha racional de ambos os lados, não só a aceitação, mas um amplo e contínuo apoio ao novo regime político estará criado. E a estabilidade assim alcançada acaba sendo um motivo adicional para sustentá-lo.

Em resumo, a democracia moderna (poliarquia) é um compromisso de classe. Ela não é pura e simplesmente o “governo dos pobres”, como dizia

---

<sup>13</sup> Bresser-Pereira, 2002:11.

Aristóteles, nem uma variante sutil do “governo dos ricos”, como vê uma parte da esquerda contemporânea. Fosse assim, ela não tenderia a produzir estabilidade; e, sem estabilidade, não seria o “regime preferido” do século XX. Da Antiguidade para os dias de hoje, esse compromisso tornou-se possível porque, primeiro, mudou a natureza das classes em luta e seus modos de atuar politicamente. Segundo, porque o capitalismo é um sistema econômico que, embora necessariamente beneficie mais os que detêm capital, não deixa de beneficiar os detentores da força de trabalho.

Temos dois senões à análise do prof. Bresser-Pereira. O primeiro talvez seja um detalhe, mas vale registrar. É, de novo, o problema da expressão “regime preferido”, que, como dissemos antes, recebe um segundo significado no texto comentado, o que deixa um mal-entendido. Aparentemente, “preferência” não se refere apenas a agências coletivas – nações, grupos sociais, classes –, mas às idéias dos “filósofos”. O mal-entendido é a sugestão de que a teoria causal, que procura explicar fenômenos políticos, possa também explicar os argumentos que os filósofos mobilizam para justificar ou criticar essa ou aquela forma de vida coletiva, esse ou aquele regime político. Afirmamos, no início deste texto, quão desejável seria fazer com que a teoria filosófica e a teoria causal dialogassem mais entre si. Mas não nesse sentido.

Uma coisa é perguntar: “Por que a democracia se tornou o regime político predominante...?” Faz sentido reconstruir, com essa pergunta, as possíveis preferências das agências coletivas mais relevantes numa comunidade, as quais, ao liberar forças sociais poderosas, quicá irresistíveis, pressionam o acontecer histórico para essa ou aquela direção. Mas outra coisa, bem diferente, é perguntar: “Por que antes, desde os gregos, os filósofos preferiram alguma forma de monarquia ou aristocracia à democracia?”<sup>14</sup> É diferente porque explicar preferências coletivas não é o mesmo que dar conta

---

<sup>14</sup> Bresser-Pereira, 2002:1.

dos argumentos que certos indivíduos (filósofos) se fazem para dar sentido moral-normativo aos acontecimentos do mundo, inclusive, eventualmente, àquelas preferências. Só há um modo de abarcar esses argumentos: compreendendo-os em si mesmos. Se os filósofos acreditam de fato no que escrevem, entender suas “preferências” é simplesmente entender o que eles dizem. Nenhuma teoria causal poderá substituir essa abordagem.

Ademais, os “filósofos gregos”, os “filósofos liberais”, ou qualquer outra congregação de intelectuais, jamais constituíram um time compacto. Os dois filósofos mais conhecidos da Antiguidade, Platão e Aristóteles, realmente criticaram a democracia ateniense, mas por motivos diferentes entre si, e por certo não pelas mesmas razões que explicariam o comportamento das classes sociais analisadas por Bresser-Pereira. Por outro lado, Platão e Aristóteles não são os únicos indicadores da “preferência” dos filósofos gregos. Não podemos esquecer que Protágoras, Górgias e todos aqueles filósofos que Platão chamava, pejorativamente, de “sofistas” lançaram argumentos muito interessantes em defesa da democracia, embora quase tudo que sabemos deles devamos às versões dos críticos, e não a fontes originais.

Passemos agora ao segundo senão. Dirigimo-lo ao próprio esforço de explicar a decantação dos regimes democráticos no século XX. Se olhamos a paisagem de muito longe, e esquecemos os diversos acidentes de percurso, a teoria parece convincente. Mas se olhamos de perto, e nos fixamos nesses acidentes, somos forçados a parar nos não raros casos de experimentos democráticos que, depois de um certo avanço, entraram em colapso, abrupta ou lentamente. Bresser-Pereira certamente tem uma resposta para eles: seriam países que ainda não teriam “completado sua revolução capitalista”. O significado de “completar”, porém, é suficientemente vago para trivializar a resposta. A Alemanha da década de 1930 e a Itália da década de 1920 não teriam completado as suas? E o Brasil da década de 1960 e a Argentina dos anos 1970? Como lembra Robert Dahl, “*although democracy has existed only in countries with a market-capitalist economy, market-capitalism has existed in non-democratic countries*”.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Dahl, 1998:170.

Uma saída para essa questão, apontada pelo próprio autor, seria assinalar a plenitude da revolução capitalista com uma marca claramente política. Isto é, a economia de mercado atinge plena maturidade quando as camadas que mais se beneficiam desse modo de produção adquirem independência do Estado para a apropriação do excedente. Classes capitalistas que necessitam crucialmente do aparato estatal para esse propósito não se disporiam a “largar o osso”. Camadas subalternas que ingressassem na arena política através da democracia gerariam ansiedades tão fortes nas camadas superiores que dependessem do Estado para se reproduzir economicamente, que o resultado seria a sabotagem sistemática do novo regime. Logo, instabilidade e, eventualmente, colapso. O indicador principal da maturidade do capitalismo seria, portanto, mais sociológico do que econômico: não o grau de industrialização ou urbanização, ou o PIB *per capita*, ou o número de televisores nas residências etc., mas o quanto os capitalistas são capazes de se arranjar por si mesmos. Como não era esse o caso das burguesias da América Latina, Europa central e Ásia oriental, sua persistência no autoritarismo, mesmo no século XX, não é de surpreender.

Mas aqui nos enredamos no problema da relação entre capitalistas e Estado. Seria exato dizer que essa classe, em plena maturidade, “não depende do Estado para existir”? Como registramos em nota anterior, Bresser-Pereira parece titubear nessa afirmação. Pois também diz, no mesmo texto, que o controle do Estado por parte dessa mesma classe continua a ser um “objetivo central”, desde que a manutenção da ordem pública e, posteriormente, a distribuição de renda são atribuições do Estado. Como os capitalistas poderiam almejar controlar o Estado e, ao mesmo tempo, não depender dele? Há algo obscuro nesse ponto.

A rigor, todos os indivíduos, grupos e classes dependem de um poder político comum para existir e coexistir. Isso é uma unanimidade da teoria política, de hobbesianos a marxistas. A questão mais controversa diz respeito exatamente à forma da dependência e ao controle. Quem exerce o controle imediato e direto do Estado, como os nobres-guerreiros lembrados por Bresser-Pereira, depende dele de um modo diferente dos que o fazem indiretamente. Por uma série de razões – e uma delas talvez seja a razão econô-

mica apontada pelo autor –, os capitalistas tendem a uma influência indireta nas decisões políticas, o que não deixa de ser uma forma de controle. “Indireta” significa que entre a política propriamente dita e a economia capitalista há um espaço de mediação, que tem de ser ocupado por agentes que se especializam nessa atividade, e acabam constituindo camadas sociais à parte: burocratas, políticos profissionais, exército profissional etc. É por aí que se insinua a representação política moderna. A luta pela democratização do Estado – para transformá-lo numa poliarquia – foi um embate para saturar essa representação de conteúdo popular, já que em seus primórdios o instituto da representação foi um clube fechado, restrito aos aristocratas e à alta burguesia. E quanto mais saturada a representação, mais indeterminado é o controle do Estado.

Isso quer dizer que, com o capitalismo, a política está fadada à democracia? Certamente, não. Há muitas maneiras de se ocupar o espaço de mediação. Pode ser pela saturação, como sugerido anteriormente, o que exige eleições frequentes e limpas, liberdade de expressão, autonomização da sociedade civil e assim por diante. Mas também pode ser pela monopolização do espaço, através do fechamento do clube por um grupo especial de mediadores, que venha a reivindicar a tutela de toda a sociedade, inclusive dos capitalistas. Em outras palavras, o moderno distanciamento entre poder político e poder econômico é uma faca de dois gumes: tanto pode abrir-se para a poliarquia quanto pode gerar novos tipos de regimes autoritários, que vão desde o bonapartismo caracterizado por Marx até as formas “burocrático-autoritárias”, latino-americanas, estudadas por Guillermo O’Donnell.<sup>16</sup>

De qualquer maneira, a idéia de que as democracias poliárquicas, a bem de sua estabilidade, têm de ser compromissos de classe, parece-nos um bom ponto de partida. Entretanto, “classe”, embora permaneça relevante, parece-nos um conceito excessivamente econômico para sintetizar os modos com que as sociedades se estruturam contemporaneamente. O sucesso

---

<sup>16</sup> O’Donnell, 1990.

ou o fracasso da poliarquia depende de um compromisso muito mais amplo, que molde as instituições para absorver não só conflitos econômicos, mas culturais, religiosos, étnicos ou qualquer outro que se torne politicamente relevante.

### Referências bibliográficas

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Cidadania e *res publica*: a emergência dos direitos republicanos. *Revista de Filosofia Política – Nova Série*, v. 1, 1997.

\_\_\_\_\_. After elites, civil society's democracy in Brazil. 2000. ms.

\_\_\_\_\_. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. In: \_\_\_\_\_; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Orgs.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Unesp/Enap/Imprensa Oficial SP, 2001.

\_\_\_\_\_. Why did democracy became the preferred form of government only in the twentieth century? In: ENCONTRO DA ABCP, 3., *Anais...* Niterói, 2002. Disponível em: <[www.cienciapolitica.org.br](http://www.cienciapolitica.org.br)>.

DAHL, R. *On democracy*. New Haven: Yale University Press, 1998.

HUNTINGTON, S. *The third wave: democratization in the late twentieth century*. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.

O'DONNELL, G. *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

PRZEWORSKI, A. *Capitalism and social democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.